



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA
23 DE JUNHO DE 2020 - Nº 11/2020 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos vinte e três dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes e Alzira Agostinho, que substituiu o Vereador António Moreira, por este ter pedido suspensão de mandato, do dia vinte três de Junho de dois mil e vinte até ao dia vinte e oito de Julho de dois mil e vinte. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

Ponto 01 – Proposta – Hasta Pública para Atribuição do Direito de Ocupação das Lojas Números 2, 9, 10/11 e 14/15, do Mercado Municipal de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 02 – Proposta para Aprovação do Projeto de “Regulamento Municipal do Complexo dos Patudos”.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:-----

Ponto 03 – Proposta – Aprovação de Projeto de Arquitetura Referente à Empreitada de





“Requalificação da Escola Básica de Alpiarça”.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:-----

Ponto 04 – Proposta – Aprovação de Projeto de Arquitetura Referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica do Frade de Baixo - Alpiarça”.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:-----

Ponto 05 – Prestação de Contas do Ano de 2019.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 06 – Proposta – 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça para o Ano de 2020.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 07 – Proposta – Alteração da Licença de Operação de Loteamento N.º 8/1999.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:-----

ABERTURA DA REUNIÃO-----

----A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram nove horas e quarenta e cinco minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia dezanove de Junho de dois mil e vinte, com



um total de disponibilidades de 1.235.324,46 Euros (um milhão duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro euros e quarenta e seis cêntimos).-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

---Nos termos do artigo 52.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Senhor Presidente deu seguidamente a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de assuntos gerais da autarquia.-----

---Interveio a Vereadora Sónia Sanfona, que cumprimentou os presentes e colocou uma questão sobre contentores do lixo junto das habitações. Disse que a câmara tem informado que têm vindo a ser adquiridos novos contentores e substituído os que estão em mau estado mas, em conversa com um munícipe, teve a indicação que estavam a ser substituídos contentores nalgumas zonas, mesmo onde não existiam, mas contentores também danificados. Perguntou se se estão a recuperar contentores e se estão a verificar que eles estão nas melhores condições para se colocarem junto a habitações ou se a reposição está a ser feita através de contentores novos. Colocou ainda uma questão sobre o abastecimento de água à barragem através de um furo, que acabou por resultar numa queixa às entidades competentes, tendo sido dado indicação à câmara para deixar de o fazer. Foi informada por um munícipe que, não obstante a câmara ter cumprido essa indicação, estaria agora a abastecer a barragem de água através de um outro coletor, havendo a dúvida de, se para esse coletor havia a devida autorização, tendo conhecimento que foi feita nova queixa sobre esta situação e pretende saber se tal se confirma. Questionou também se, relativamente às pedras de enrocamento da Vala, existe alguma autorização para a sua colocação e se a obra está a ser devidamente acompanhada.-----

---O Presidente deu de seguida a palavra à Vereadora Alzira Agostinho. A Vereadora começou por cumprimentar os presentes e perguntou se a autarquia está a equacionar a realização de alguma ação de testes à população. Solicitou a confirmação ou não sobre o Banco Millennium BCP, uma vez que circula que está previsto o seu encerramento, e perguntou quais foram as ações que a autarquia fez para evitar essa situação.-----

---O Presidente respondeu às questões colocadas. Relativamente à questão dos testes informou que nunca foi equacionada a possibilidade de generalização dos testes, seguindo uma orientação



do próprio Governo. Lembrou que a realização de testes poderia criar uma sensação de falsa segurança, uma vez que fazem o levantamento da situação num determinado momento. Acrescentou que foi sempre essa a interpretação da Câmara e da CIMLT, onde estas questões são discutidas, a não ser em situações muito específicas, emanadas de orientações dos Ministérios da Saúde e da Segurança Social, como é o caso dos lares de idosos, onde se concentra população de elevado risco e onde era importante fazer o despiste. Sublinhou que no caso de Alpiarça, que foi dos primeiros concelhos do País onde os funcionários e utentes dos lares de idosos fizeram o teste, os resultados deram, felizmente, todos eles negativo. Mencionou que sempre que existam razões de alarme ou de suspeita, as entidades de saúde devem encaminhar as pessoas de modo a fazerem os testes e a respetiva despistagem.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona perguntou, na discussão no âmbito da CIMLT, se estava a ser ponderada a possibilidade de realizar testes para o universo escolar, aos professores, aos auxiliares e outras pessoas que estão na escola, tendo em conta o início do ano letivo.-----

---O Presidente disse que não é essa a orientação e argumentou que a responsabilidade da realização de eventuais testes é das instituições de saúde. Salientou que a Comunidade Intermunicipal preparou-se com a aquisição de testes para situações que se viessem a colocar em termos concretos, de suspeitas, sobretudo na área dos lares e de pessoas que constituíam áreas de risco, para fazer face a eventuais dificuldades do Ministério da Saúde em reagir, de modo a estar no terreno em tempo útil. Informou que a CIMLT decidiu usar a reserva estratégica para testar os lares de terceira idade, numa ação quase em simultâneo com o Ministério da Saúde, que decidiu também realizar testes naquelas instituições. Esclareceu que esta ação acabou por ser conjugada entre o Ministério da Saúde e cada uma das câmaras, através da Comunidade Intermunicipal, e foram as entidades da área da saúde que estiveram no terreno com a colaboração dos municípios. Relativamente às escolas, aquando da reabertura colocou-se essa hipótese mas o Ministério optou por não fazer os testes. Em relação ao próximo ano letivo não há ainda dados do que se pretende fazer. Sobre o Banco Millennium/BCP informou que teve uma reunião com o responsável regional e com o gerente da agência de Alpiarça, onde lhe foi comunicada a intenção de encerrar os serviços. Disse que que lhes foi demonstrado o desagrado por essa situação, tendo em conta o tempo em que está implantado no concelho mas, tratando-se de um banco privado, não se



enquadra na mesma lógica de abordagem que teria qualquer outra situação da esfera pública. De qualquer forma lembrou a ligação histórica do Banco ao concelho e até mesmo do ponto de vista da imagem urbanística, mas dificilmente se poderá desenvolver uma ação de contestação, o que seria normal numa outra circunstância se se tratasse de uma entidade pública. Mesmo assim, foi pedida uma reunião à Administração do BCP, procurando-se reunir alguma informação que ajude à argumentação do Município na defesa da presença daquele balcão no Concelho, estando a reunião já agendada. Deu nota que se vai procurar sensibilizar a Administração do Banco no sentido de continuarem em Alpiarça. Recordou ainda que nos últimos dez anos os Bancos encerraram um terço das suas agências, um pouco por todo o País.-----

---A Vereadora Alzira Agostinho perguntou que argumentos deu o Banco para justificar o seu encerramento, na reunião que se realizou.-----

---O Presidente respondeu que o Banco diz que estão numa fase de reorganização, que saíram também de outros locais, de racionalização de meios e da rede e que têm um envolvimento comercial abaixo das suas expetativas. Recordou que se parte dos serviços e das áreas comerciais do Banco são desviadas para outros locais, nomeadamente para Santarém onde são feitos os negócios mais vultuosos, é evidente que o resto do mercado torna-se mais residual.-----

---O Vereador Carlos Jorge Pereira cumprimentou os presentes e respondeu a algumas questões. Em relação aos contentores do lixo informou que a autarquia andou a substituir contentores partidos por novos, enquanto havia em stock. Disse que neste momento não existem contentores novos e têm-se substituído alguns por outros que entretanto se recuperaram. Referiu ainda que, devido à pandemia, a entrega dos contentores está atrasada mas a informação que tem é que chegarão no início do mês de Julho e que a partir dessa altura serão substituídos os que estiverem partidos. Relativamente ao abastecimento de água à Barragem por outro furo disse que o que se passa é que na Reserva do Cavalo Sorraia existem três lagos, sendo necessário de vez em quando substituir a água, que por gravidade vai parar diretamente à Barragem.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona referiu que o Presidente tinha dito que a obra da ETA estava concluída e perguntou se a descarga que havia para a Barragem antes da realização das obras, vai continuar a acontecer.-----



---O Presidente está convencido que já não vai haver descargas, devido a um novo sistema de filtragem. Poderá acontecer, pontualmente, alguma descarga mas vai solicitar melhor informação sobre o funcionamento do sistema. Sobre as Águas do Ribatejo, disse que algumas pessoas olham para esta empresa como se uma entidade do mal se tratasse e recorda que quando as águas estavam na dependência do Município também haviam falhas de água e roturas, e a capacidade de resposta, objetivamente, era inferior ao que se passa agora. Lembrou ainda que os resultados líquidos da Águas do Ribatejo são para aplicar na melhoria da rede do abastecimento de água e do tratamento dos efluentes.-----

---A Vereadora Alzira Agostinho disse ter ficado satisfeita pelo facto de a autarquia estar atenta ao assunto do Millennium/BCP e que o Presidente falou num aspeto importante que foi a decisão do Banco ter começado a deslocar alguns serviços para outras agências.-----

---O Presidente referiu aqui que uma das razões evocadas pelo Banco é a digitalização dos serviços, considerando que uma grande parte das operações são feitas por via digital, o que vai dispensando pessoas, sendo esta situação transversal a todos os Bancos.-----

---A Vereadora Alzira Agostinho continuou dizendo que neste momento, muitos dos assuntos a tratar na Caixa Geral de Depósitos, já são tratados noutras agências, nomeadamente em Almeirim. Disse esperar que isso não seja argumento para daqui por uns anos estarmos com problemas com a CGD, porque as pessoas já se estão a queixar que muitos dos assuntos que têm para resolver, devido à transferência de serviços, são canalizados para outras agências.-----

---O Presidente afirmou que tem havido também reuniões com a CGD relativamente ao Balcão de Alpiarça, onde têm sido colocadas todas essas preocupações. Disse que estes são problemas que atingem dois terços do território nacional, de zonas do interior e zonas menos densamente povoadas, com encerramento de serviços públicos, mas isso também acontece nos grandes centros urbanos, onde o ritmo de encerramento dos serviços públicos ainda é maior, embora com menos impacto nas populações.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona pediu a palavra para dizer que relativamente à questão dos serviços públicos estão de acordo, sendo evidente um decréscimo de presença de serviços públicos e da ligação ao Estado, que é importantíssima para as populações, como garante da defesa dos seus direitos e, sobretudo, das questões de igualdade relativa ao tratamento dos assuntos. Em relação



aos Bancos privados a questão coloca-se de outra forma, concordando que há uma dificuldade muito maior da parte das autarquias de terem argumentos suficientemente válidos para que uma agência bancária ou um outro serviço privado, uma clínica ou outro, permaneça no seu território. Reconheceu que estas situações obedecem a regras globais, cada vez mais se equacionando a forma como os agentes económicos olham para os territórios e a forma como neles se implantam e a relação que têm com as pessoas. Disse que há dois ou três indicadores determinantes, que quando se está a falar de uma lógica de lucro pura, são estratégicos para que uma entidade permaneça num determinado local, se isso servir os seus propósitos. Referiu neste caso o dinamismo económico e a capacidade de desenvolvimento económico de um determinado território. Entende que deve haver um compromisso do município em criar estratégias e condições para que esse desenvolvimento económico aconteça, devendo-se criar algumas condições para tal e que uma comunicação desse género à Administração do Banco, podendo não os convencer, marcará uma diferença relativamente a outros concelhos, que podem não ter essas opções.-----

---O Presidente disse que é isso que se procura fazer e que neste tipo de discussões esses argumentos têm de ser usados. Lembrou que o que preocupa as populações e os autarcas também tem de ser colocado, como o foi relativamente aos CTT, embora aqui numa lógica mais macro. Realçou que o Concelho tem indicadores positivos, como o índice do poder de compra, que tem vindo a crescer e que se tem vindo a aproximar da média nacional. Recordou no entanto que ao longo dos anos já houve um conjunto de medidas tomadas por vários Bancos que foram sempre apontando no sentido da redução, havendo um conjunto grande de concelhos que têm uma ou duas agências bancárias e alguns deles de maior dimensão, comparativamente a Alpiarça. Deu de seguida nota do balanço da evolução da pandemia no Concelho, não havendo grandes alterações em relação à última informação.-----

Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----



Ponto 01 – Proposta – Hasta Pública para Atribuição do Direito de Ocupação das Lojas Números 2, 9, 10/11 e 14/15, do Mercado Municipal de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---O vereador Carlos Jorge Pereira fez a apresentação do ponto, procedendo à leitura da proposta. Foram sugeridas datas para a apresentação das propostas. Assim, estas devem ser apresentadas até ao dia oito de Julho, e a abertura das propostas será no dia nove de Julho.-----

---O Presidente colocou de seguida a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

Ponto 02 – Proposta para Aprovação do Projeto de “Regulamento Municipal do Complexo dos Patudos”.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---O presidente fez alguns considerandos sobre a proposta do Regulamento Municipal do Complexo dos Patudos.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona disse que a apresentação desta proposta é um momento de congratulação pelo facto de haver um Regulamento relativo à zona do Complexo, da forma como ele deve ser aplicado e como os espaços devem ser ocupados. Considerou que era importante haver uma interação, uma conjugação de regras que permitissem fruir de todo aquele espaço numa perspetiva conjunta. Entende que foi uma ótima decisão avançar neste sentido, com a concordância da proposta que entretanto sugeriu com esse objetivo. Disse que leu atentamente a proposta, não mostrando grandes dúvidas em relação à mesma que, na sua opinião é bastante abrangente a todos os espaços e infraestruturas do complexo. Colocou uma questão para reflexão que tem a ver com o montante das contraordenações previstas para infratores, quer a nível individual, quer a nível coletivo. Acha que há normas e normas no regulamento; há normas cuja infração representa um prejuízo ou um dano relativamente pequeno, há outras que podem representar um dano relativamente grande e só se consegue ser dissuasor na infração das normas se existirem coimas um pouco mais pesadas. Desconhece no entanto se as coimas apresentadas resultam da lei e se for esse o caso são estas que devem ficar, se não resultarem da lei colocava a





possibilidade de serem mais pesadas. Fez algumas considerações sobre a nota justificativa da proposta. Fez uma pergunta relativamente ao artigo que se referia a despejos não autorizados, líquidos ou efluentes, libertar espécimes da fauna ou flora, questionando o que isso significa. Foi esclarecido que se referia à libertação de animais naquele espaço. Fez um reparo sobre o articulado que se referia às proibições, sendo feita uma correção ao texto. Fez alusão ao artigo sétimo, alínea e), dando algumas sugestões. Perguntou se os promotores de eventos ou atividades, em qualquer dos espaços do complexo, devem obrigatoriamente apresentar seguro de responsabilidade civil ou não. Foi esclarecido que qualquer evento licenciado deve efetivamente apresentar seguro de responsabilidade civil. A Vereadora fez ainda referência ao artigo catorze, que respeita à navegação recreativa, no ponto cinco, propondo uma alteração ao texto. Fez alusão aos artigos trinta e quatro e trinta e seis, relativamente às piscinas interior e exterior, propondo também algumas alterações, bem como no artigo trinta e sete que, neste caso, já havia sido corrigido.-----

---O Presidente propôs também uma alteração ao ponto três do artigo trinta e sete, relativamente à cedência de espaços na Reserva do Cavallo Sorraia.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona sugeriu ainda uma correção no artigo quadragésimo segundo. Falou ainda sobre o artigo quinquagésimo quinto sobre o desenvolvimento arbustivo, que deve ser substituído por desenvolvimento arbóreo.-----

---A Vereadora Alzira Agostinho fez referência ao artigo treze, sobre as marcações dos concursos de pesca.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos prestou os esclarecimentos necessários sobre esta matéria.-----

---O Presidente fez ainda uma proposta de correção ao texto, no artigo quarente e cinco.-----

---Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou a “Proposta para Aprovação do Projeto de “Regulamento Municipal do Complexo dos Patudos” à votação, que foi aprovado por unanimidade.-----

Ponto 03 – Proposta – Aprovação de Projeto de Arquitetura Referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica de Alpiarça”.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----





O Presidente informou que nos pontos três e quatro o que se pretende é candidatar dois projetos a financiamento comunitário ao Portugal 2020, no âmbito da contratualização da Comunidade Intermunicipal. Deu nota que, no processo da reprogramação do quadro comunitário, coube mais uma fatia dessas verbas, que podem ser dirigidas para a área dos equipamentos escolares. É neste sentido que vêm agora a reunião de Câmara as propostas de requalificação das duas escolas do ensino básico, na Avenida Carlos Relvas e no Frade de Baixo. Salientou que estas candidaturas devem ser apresentadas até ao final do mês de Junho de 2020. o Presidente solicitou à Engenheira Carla Cunha que, em traços gerais, fizesse a apresentação do projeto em discussão.-----

---A Engenheira Carla Cunha mencionou que, em relação à Escola Básica de Alpiarça, o que se prevê em termos de arquitetura, baseia-se sobretudo na requalificação das instalações existentes, reajustando alguns espaços. A rede elétrica, a rede e águas e de esgotos vão ser reformuladas nalgumas áreas, bem como revestimentos de paredes e instalações sanitárias. O refeitório e o ginásio existente serão também intervencionados. No Jardim de Infância prevê-se também a requalificação das salas e das instalações sanitárias. A nível global das instalações todos os vãos de janela vão ser substituídos por janelas com características térmicas melhoradas, em relação às que existem atualmente e vão ser colocados estores interiores. Será também efetuada uma pintura geral, quer interior quer exterior.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona colocou algumas questões técnicas, nomeadamente sobre a mudança de cobertura dos edifícios, com a remoção do fibrocimento e se essa remoção será feita a cem por cento, tendo sido respondido que sim.-----

---O Presidente esclareceu que o Governo vai possibilitar, através do processo de reprogramação e dos programas operacionais regionais, a preparação de um programa para substituição do fibrocimento nas escolas, com financiamento a cem por cento. Sublinhou que, como a proposta em discussão nesta reunião está já em fase adiantada e como os avisos de abertura para candidatura à substituição do fibrocimento ainda não saíram, este projeto deverá avançar e, assim que abrirem as candidaturas para a remoção do amianto, será verificado, do ponto de vista técnico e administrativo, a forma de o município poder beneficiar do financiamento a cem por cento.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona também acha que esta oportunidade não deve ser perdida e perguntou se está prevista alguma alteração estrutural dos interiores, tendo sido respondido que





não. Fez referência à Carta Educativa, observando que o que tem sido o desenvolvimento estabelecido para a questão da educação a nível do concelho, apontava na concentração dos espaços educativos numa mesma zona, de forma a poder fruir de vários equipamentos. Manifestou-se muito favorável à recuperação do edificado, seja no parque escolar seja em urbanização, casas, moradias, em edifícios públicos e é da opinião que quando há fundos comunitários, as oportunidades devem ser aproveitadas. Perguntou de seguida o que tem o Executivo pensado para a Escola EB 1/JI de Alpiarça, considerando que funcionam apenas dois anos no edifício principal, o que faz sobrar espaço, o que vai ser futuramente e se vai ter outras capacidades de utilização.-----

---O Presidente afirmou que a Carta Educativa tem claramente identificados os espaços e as escolas como edificado a reabilitar, mantendo a função educativa, sendo evidente a ideia de se ir concentrando e agrupando as escolas. Referiu no entanto que o objetivo não é o da concentração, sendo esse um caminho que vai ter de ir sendo construído em articulação com o Agrupamento de Escolas. Realçou que o princípio é o de procurar manter em utilização os dois espaços, mesmo que isso crie, por vezes, algumas dificuldades, até mesmo de disponibilidades de pessoal auxiliar e outros meios humanos. Acrescentou que o que se pretende é manter os dois estabelecimentos em funcionamento na sede do Concelho, bem como a Escola do Frade de Baixo que, criando melhores condições é natural que haja uma maior atratividade de forma a manter ali as crianças. Compreende algumas questões e dúvidas colocadas pela Vereadora Sónia Sanfona, que têm a ver com a probabilidade da existência de espaços disponíveis, salas inclusive. O que se procurará fazer é a compatibilização da utilização dos espaços, sendo da opinião que é importante que a EB1/JI se mantenha em funcionamento. Recordou que se a Escola Abel Avelino tivesse dezasseis salas, era possível garantir a concentração do ensino, só com oito salas e a necessidade de outros espaços, isso não é garantido. Admitiu que em cada momento a Câmara vai ter de encontrar situações de complementaridade em termos de utilização, o que já acontece com a disponibilização de uma sala da EB1/JI, na Avenida Carlos Relvas, para a sede da Associação de Pais do Agrupamento e, eventualmente, poderem vir a ser disponibilizadas outras salas para as coletividades, de forma delimitada e bem definida. De seguida fez alusão à importância da recuperação do ginásio da Escola.-----





---Interveio a vereadora Sónia Sanfona para se referir à versatilidade do espaço e para dizer que a recuperação do edifício, fosse para manter as atividades escolares ou por qualquer outra razão, teria sempre de ser feita. Entende que aqueles espaços podem ser aproveitados no âmbito da própria Escola, com a criação de projetos de clubes de fotografia, de teatro, de música, reconhecendo que o Agrupamento tem um conjunto de ofertas educativas interessantes que podem ser melhoradas e que podem motivar os alunos a constituir-se em clubes.-----

---O Presidente disse que isso é um trabalho de articulação que tem de ser feito entre a Câmara, a Freguesia e o Agrupamento.-----

---De seguida o Presidente colocou o Ponto à votação, tendo a Proposta de Aprovação do Projeto de Arquitetura Referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica de Alpiarça sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto 04 – Proposta – Aprovação de Projeto de Arquitetura Referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica do Frade de Baixo – Alpiarça”.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

O Presidente disse que grande parte da discussão deste ponto é comum ao anterior, mas solicitou à Engenheira Carla Cunha para, de forma sucinta, caracterizar o que se pretende em termos de intervenção na Escola do Frade de Baixo.-----

---A Engenheira Cara Cunha começou por dizer que as necessidades sentidas na Escola do Frade de Baixo incidem na reabilitação das instalações sanitárias, dotando-as com condições para receber pessoas com mobilidade condicionada, na substituição do pavimento das salas de aula e no refeitório serão aplicados azulejos nas paredes e substituído parte do pavimento para uniformização do mesmo. No Jardim de Infância serão corrigidas algumas deficiências, para evitar humidades no interior das salas. No pavimento vai ser aplicado piso em linóleo e as instalações sanitárias dos professores vão ser também intervencionadas. Serão ainda aplicados estores interiores, para regulação da iluminação das salas.-----





---Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou o Ponto à votação, tendo a Proposta de Aprovação do Projeto de Arquitetura Referente à Empreitada de “Requalificação da Escola Básica do Frade de Baixo – Alpiarça” sido aprovada por unanimidade.-----

Ponto 05 – Prestação de Contas do Ano de 2019.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Presidente começou por esclarecer que devido à situação excecional que se vive, foi permitido realizar as reuniões das Assembleias Municipais para aprovação das contas do ano de dois mil e dezanove, até ao final de Junho, razão porque só agora vêm a reunião de Câmara os documentos de prestação de contas.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos fez a apresentação dos documentos de prestação de contas do ano de dois mil e dezanove. Mencionou que esta prestação de contas vem na sequência de toda a consolidação financeira feita ao longo dos últimos dez anos, tendo sido atingido um rácio de um vírgula zero oito vezes a média das receitas correntes dos últimos três anos, quando o limite é de um vírgula cinco. Esta situação permitiu uma redução total da dívida do Município de sete milhões de euros relativamente ao ano de dois mil e nove, o que corresponde a uma redução de cinquenta e três por cento da dívida. Realçou que apesar de todo este percurso, conjugado com uma diminuição significativa das receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), em que só em dois mil e dezanove atingiram valores próximos dos valores de dois mil e dez, ou seja, todos estes nove anos foram sempre abaixo do valor desse ano, o que correspondeu a uma diminuição de três milhões de euros de receitas nesse período, comparado com os valores de dois mil e dez, o que dá uma ideia de todo o esforço desenvolvido ao longo deste período. Esta situação não impediu que, mesmo assim, se realizassem um conjunto de obras importantes, designadamente o Centro Escolar, as duas fases da Casa dos Patudos, a Praça do Município, a requalificação e ampliação do Jardim Municipal, estas já concluídas, e em dois mil e dezanove foi feita uma grande parte da obra de Revitalização e Requalificação do Mercado Municipal e a substituição de quase todas as iluminárias do Concelho de Alpiarça. Sublinhou que grande parte desta intervenção tem a ver com





regeneração urbana, criando fatores de atratividade para outros investimentos, destacando a intervenção no Jardim Municipal. Esta obra modificou toda aquela zona, com a melhoria e recuperação de edifícios e que levou ao interesse de uma das maiores cadeias de hipermercados em termos nacionais, a instalar-se também naquela zona, revitalizando uma área quase abandonada há muitos anos. Recordou ainda que neste período foram desenvolvidas diversas iniciativas e eventos, destacando a Alpiagra e o Festival do Melão, bem como a comemoração do centenário do Governo de José Relvas, que contou com a presença do Sr. Presidente da República, entre muitas outras atividades no âmbito cultural, desportivo, associativo e da educação. Fez também alusão à área dos recursos humanos, com a integração de funcionários através do programa de regularização extraordinária de vínculos precários, com o descongelamento de carreiras e o aumento do salário mínimo, o que veio aumentar as despesas com pessoal, e destacou também que foram realizadas mais de mil horas de formação aos funcionários do Município. Fez de seguida uma análise financeira do documento, dando realce à consolidação gradual das contas do Município. Destacou ainda que em dois mil e vinte, o Município, ao estar abaixo do excesso de endividamento líquido, estará em condições de poder recorrer a empréstimos para investimento.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona pediu a palavra para dizer que se trata de apreciar um documento de prestação de contas, cujas opções políticas e estratégicas foram feitas em sede de orçamento, e que se irá deter sobretudo nos detalhes técnicos do foi apresentado. Disse que tem uma perspetiva, nalguns casos ligeiramente diferente, noutros muito diferente, do que é descrito pelo Sr. Presidente da Câmara na sua mensagem no relatório de gestão. Afirmou que há questões que os dividem em termos de opinião. Entende no entanto que o caminho do município teria de ser, em qualquer circunstância, de consolidação orçamental. Fez uma referência à situação do País há dez e há quinze anos atrás e à sua evolução até aos dias de hoje e disse que a esmagadora maioria, quer dos municípios, quer doutras entidades públicas tinham uma situação difícil derivado ao nível de investimento a que recorreram, e naturalmente que isso tem um preço que é refletido em sede de dívida, considerando que os municípios mais pequenos têm uma fraca autonomia de recursos financeiros. Observou que neste percurso, que todos viveram, tem perspetivas diferentes sobre o que foram as opções de então do Executivo e também tem algumas perspetivas diferentes do que



são as opções de agora. Considerou que todo o investimento que tenha um propósito que seja pensado coerentemente e sobretudo que sirva os interesses da população, é um bom investimento, e é isso que faz diferenciar um município que corresponda às expectativas que nele são colocadas e outro que não corresponda. Relativamente à prestação de contas em discussão, julga que ela reflete o cumprimento daquilo que o Executivo se propôs a fazer a partir do momento em que contraiu um empréstimo de saneamento financeiro, tendo feito uma opção que tem vindo a cumprir, não lhe parecendo que isso levante grandes dúvidas, mesmo do ponto de vista técnico. Colocou de seguida algumas questões técnicas sobre o documento em discussão, pedindo esclarecimentos relativamente a algumas verbas.-----

---A Vereadora Alzira Agostinho pediu a palavra para dizer que os números são o que são e as opções são tomadas por quem está em maioria. Perguntou se é razoável que um fornecedor, um particular ou uma empresa, esteja oito meses à espera para receber um serviço prestado.-----

---O Presidente, referindo-se à questão da Vereadora Alzira Agostinho sobre o pagamento a fornecedores, esclareceu que a situação tem a ver com um ou dois ,porque as pequenas empresas têm visto, objetivamente, o pagamento ser feito em prazos o mais razoável possível. Clarificou que essa situação prende-se sobretudo com dívidas às Águas do Ribatejo e à Ecoléziria, entidades igualmente respeitáveis.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos respondeu às questões técnicas colocadas pela Vereadora Sónia Sanfona, relacionadas com algumas verbas do documento de prestação de contas. Esclareceu ainda a questão colocada pela Vereadora Alzira Agostinho sobre o prazo médio de pagamento. Lembrou que este prazo reflete a média dos últimos quatro trimestres, com uma fórmula relativamente complexa, mas esse valor no próximo ano será no máximo de sessenta dias. Considerou que existe um número no site da DGAL, mas havendo uma dívida de valor elevado a uma entidade, dos anos de dois mil e quinze a dois mil e dezoito, essa dívida penaliza claramente o prazo médio de pagamento. Quando estiver concluído o processo de substituição desta dívida, que está a decorrer, o prazo médio de pagamento será refletido de uma forma mais real. Sublinhou ainda que no momento atual, excluindo as Águas do Ribatejo, os prazos de pagamento aos fornecedores deverão rondar os sessenta dias.-----



---O Dr. Nuno Paulino esclareceu também algumas dúvidas colocadas pela Vereadora Sónia Sanfona, relativamente a verbas do documento de prestação de contas.-----

---Esgotada a discussão, o Presidente colocou o Ponto à votação, tendo a Prestação de Contas do Ano de 2019 sido aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS). Foi ainda deliberado remeter o documento à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.-----

Ponto 06 – Proposta – 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça para o Ano de 2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos fez a apresentação da proposta, esclarecendo os seus pressupostos.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona mencionou que, não tendo o mapa anterior, não consegue perceber as alterações que se propõem.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos prestou mais alguns esclarecimentos.-----

---Não houve mais intervenções.-----

---O Presidente colocou de seguida o Ponto à votação, tendo a Proposta da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça para o Ano de 2020 sido aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS). Foi ainda deliberado remeter o documento à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.-----

Ponto 07 – Proposta – Alteração da Licença de Operação de Loteamento Nº 8/1999.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---O Presidente mencionou que havia um erro na proposta, relativamente à localização e ao número de loteamento, que foi devidamente retificado.-----

---Retificada a proposta, a Engenheira Carla Cunha esclareceu os pressupostos da operação.-----

---Não houve intervenções.-----





---O Presidente colocou o Ponto à votação, tendo a Proposta de Alteração da Licença de Operação de Loteamento Nº 8/1999 sido aprovada por unanimidade.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE-----

Não houve intervenções do público.-----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

----Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram doze horas e cinquenta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

No uso de competência e poderes delegados/subdelegados por Despacho n.º XX/XXXX, datado de XX de XXXX de XXXX.
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição

